

56

ARTIGO

SEGUINDO O  
FLUXO DO TEMPO,  
TRILHANDO O  
CAMINHO DAS  
ÁGUAS:  
TERRITORIALIDADE  
GUARANI NA  
REGIÃO DO LAGO  
GUAÍBA

Adriana Schmidt Dias<sup>1</sup>  
Sérgio Baptista da Silva<sup>2</sup>

---

1- Coordenadora das pesquisas arqueológicas do Plano Operacional para a Identificação e Delimitação de Terras Indígenas nas Regiões Sul do Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos, RS. Professora do Departamento e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do CNPq.  
dias.a@uol.com.br

2- Coordenador Geral do Plano Operacional para a Identificação e Delimitação de Terras Indígenas nas Regiões Sul do Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos, RS, Professor do Departamento e Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
sergiobs@terra.com.br

**RESUMO:** Entre 2008 e 2010 foram realizados estudos com o objetivo produzir um relatório de identificação de terras indígenas *Mbyá-guarani* na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O foco das atividades estava relacionado à regularização da Aldeia *Pindó Mirim* e à avaliação de outros locais com potencial de uso tradicional como o Morro do Coco e o Parque Estadual de Itapuã, em Viamão, e a Ponta da Formiga, em Barra do Ribeiro. Pesquisas arqueológicas foram incluídas nestes levantamentos atendendo às demandas dos *Mbyá* que entendem que os sítios arqueológicos da área representam uma relação de ancestralidade com o território reivindicado. Nas três áreas pesquisadas foram identificados 18 sítios da Tradição Guarani, indicando que as ocupações pré-coloniais formavam um horizonte sócio-cultural e ambiental que atualmente também é manifestado pelos *Mbyá-guarani*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia Guarani, *Mbyá-guarani*, Territorialidade, Etnoarqueologia.

**ABSTRACT:** Between 2008 and 2010 studies have been conducted with the aim to produce a report about *Mbyá-Guarani* indigenous lands in the metropolitan region of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The focus of activities were related to the regularization of the *Pindó Mirim* Village and evaluation of other sites with potential for traditional use by *Mbyá* as the Morro do Coco and Itapuã State Park, in Viamão, and Ponta da Formiga, in Barra do Ribeiro. *Mbyá* leaders demands that archaeological surveys were also carried out because they understand that the archaeological sites represent an ancestral relationship with the territory claimed. In the three areas surveyed were identified 18 sites Guarani Tradition, indicating that the pre-colonial occupations formed a socio-cultural and environmental horizon which is currently also expressed by *Mbyá-Guaraní*.

**KEY WORDS:** Guarani Archaeology, *Mbyá-guarani*, Territoriality, Ethnoarchaeology.

## INTRODUÇÃO

Atualmente vivem no Rio Grande do Sul em torno de 2.600 *Mbyá-guarani*. Este coletivo indígena ocupa de forma precária aproximadamente 83 áreas, das quais apenas uma pequena parte possui algum procedimento jurídico de reconhecimento fundiário. Os *Mbyá* da região metropolitana de Porto Alegre se caracterizam como parte de uma ampla rede comunitária de relações de parentesco e afinidade que abrange muitos outros grupos do Brasil e do Exterior. Uma parte considerável desta extensa rede desloca-se através de um arquipélago de áreas indígenas de tamanhos e características fundiárias diversas. Apesar da existência de famílias extensas cujos membros permanecem em uma dada aldeia, não é incomum que estas também possuam parentes em diversos Estados brasileiros ou mesmo em outros territórios nacionais (Baptista da Silva et al., 2008, 2010).

Entre 2008 e 2010 foram realizados estudos com o objetivo de produzir relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas *guarani* na região metropolitana de Porto Alegre. Integradas ao *Plano Operacional para a Identificação e Delimitação de Terras Indígenas nas Regiões Sul do Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos*, Rio Grande do Sul estas pesquisas buscaram conjugar dados etnográficos, históricos, arqueológicos e ambientais. Conforme a Portaria nº 14 da FUNAI, os trabalhos de campo foram realizados com a participação dos indígenas e no decorrer das pesquisas suas manifestações e interpretações foram incorporadas aos relatórios produzidos.

O foco das atividades estava relacionado à regularização da área de implantação da Aldeia *Pindó Mirim*, bem como à avaliação de outros locais com potencial de uso tradicional pelos *Mbyá* como o Morro do Coco e a Unidade de Conservação Parque Estadual

de Itapuã, no município de Viamão, e a Ponta da Formiga, no município de Barra do Ribeiro. O núcleo residencial e as áreas de roças da Aldeia *Pindó Mirim* restringem-se a uma área de 26 hectares em uma porção de terras limítrofes ao Parque Estadual de Itapuã que possui uma área de 5.566,5 hectares. Até 1973 havia três aldeias *mbyá* no Morro da Praia de Fora, onde viviam em torno de 60 pessoas, sendo estas aldeias abandonadas quando o Parque foi criado. Em 1998 o Ministério Público Federal instituiu um processo administrativo para investigar o fato de o Parque de Itapuã ter-se constituído sobre território tradicional *mbyá*. Contudo, a presença indígena na área do Parque antes de sua criação foi contestada pela Administração Pública, culminando em 2004 com a proibição pelo Conselho Estadual de Parques da entrada de indígenas no Parque de Itapuã (Comandulli, 2009). Quanto às demais áreas investigadas, o Morro do Coco é composto por quatro propriedades privadas, das quais duas são Reservas Particulares do Patrimônio Natural e a Ponta da Formiga é uma área de Preservação Ecológica pertencente a uma empresa de produção de celulose (Aracruz Celulose no momento da pesquisa, atualmente Fíbria Celulose).

Por um lado. As três áreas investigadas têm em comum o fato de serem extremamente ricas do ponto de vista ambiental, constituindo-se em referenciais tradicionais importantes para o processo de reivindicação *mbyá* por permitirem a sustentação do *Ñandé Rekó*, o modo de ser *guarani*. Como a concepção de territorialidade *mbyá* não é contínua, estas áreas com riqueza de recursos naturais para o estabelecimento de aldeias podem ser comparadas a “ilhas”, cercadas pela Sociedade Nacional e interconectadas por complexas redes de relações de toda a ordem. Nos trabalhos de campo



**Tabela 1 – Sítios Arqueológicos da Tradição Guarani na porção norte do Lago Guaíba localizados entre 1970-2010**

Nome do Sítio	Sinonímia	Coordenadas	Intervenção	Município	Instituição
RS-119	RS-152: Ponte do Guaíba	Sem registro	Coleta de superfície	Eldorado do Sul	PUCRS
Arroio do Conde		22J 0469 770 6675 048	Coleta de superfície e sondagem	Eldorado do Sul	Não localizado
RS-SR-342: Santa Rita	Complexo Automotivo da Ford	22J 0469 294 6671 719	Escavação e datação: 540±60 AP 440±60 AP	Guaíba	PUCRS
RS-LC-71: Ilha Chico Manuel	RS-C-01	22J 0484 300 6651 800	Escavação e datação: 610±50 AP	Porto Alegre	MARSUL MARS MJJF
RS-87: Romeu	Ponta do Chico	Sem registro	Coleta de superfície	Porto Alegre	PUCRS
G1: Vila da Restinga		Sem registro	Coleta de superfície	Porto Alegre	FAPA
RS-JA-74: Lomba do Pinheiro 2		22J 0488 226 6669 014	Escavação	Porto Alegre	FAPA
RS-JA-01: Reserva Biológica do Lami		22J 0493 050 6655 665	Coleta de superfície e sondagem	Porto Alegre	MJJF
RS-JA-02: Lami Bernardes*		22J 0493 025 6654 372	Coleta de superfície e sondagem	Porto Alegre	MJJF
RS-JA-16: Ponta do Arado		22J 0481 711 6655 320	Coleta de superfície e sondagem	Porto Alegre	MJJF
RS-JA-07: Lajeado*	Morro São Pedro Morro das Quirimas	22J 0490 337 6662 732	Coleta de superfície e sondagem	Porto Alegre	MJJF
RS-JA-23: Praça da Alfândega		22J 0477 701 6677 966	Escavação	Porto Alegre	MJJF
RS-JA-24: Rede DMAE		Sem registro	Escavação	Porto Alegre	MJJF
Morro do Osso		Sem registro	Registro	Porto Alegre	UFRGS
RS-88: Novo Lar dos Menores		Sem registro	Coleta de superfície	Viamão	PUCRS
PA 300: Rogério Christo	Morro do Coco	22J 0493 665 6651 662	Coleta de superfície	Viamão	PUCRS
RS-LC-18: Morro do Coco		22J 0495 718 6651 542	Registro	Viamão	UFRGS
RS-272: Nei Bueno		Sem registro	Coleta de superfície	Viamão	PUCRS
RS-LC-01: Aldeia do Cantagalo	G4 Tekoá Jataity	22J 0498 081 6659 494	Coleta de superfície	Viamão	MARS FAPA
RS-LC-02: Colônia de Itapuã		Sem registro	Coleta de superfície	Viamão	MARS
Pomar da Lagoa I	Águas Claras	22J 0513 106 6663 477	Coleta de superfície e sondagem	Viamão	UFRGS
RS-LC-70: Ilha do Junco		22J 0493 700 6141 900	Coleta de superfície e sondagem	Viamão	MARSUL
RS-LC-74: Praia da Pedreira**	RS-LC-03: Sítio da Pedreira-Morro do Fortaleza	22J 0495 161 6641 730	Coleta de superfície	Viamão	MARSUL MARS
RS-LC-75: Lagoa Negra*	RS-LC-04: Lagoa Negra I RS-LC-06: Lagoa Negra II	22J 0500 977 6641 531	Coleta de superfície e sondagem	Viamão	MARSUL MARS
RS-323: Ilha das Pombas	PA 253	22J 0496 400 6645 300	Coleta de superfície	Viamão	PUCRS
RS-LC-39: Morro da Fortaleza*		22J 0495 200 6642 250	Escavação	Viamão	MARSUL MARS
RS-LC-08: Praia das Pombas**		22J 0496 303 6643 308	Coleta de superfície	Viamão	MARS
RS-LC-07: Praia do Araçá		22J 0496 150 6640 750	Registro	Viamão	MARS
RS-LC-11: Praia da Onça		22J 0495 088 6642 544	Coleta de superfície	Viamão	MARS
RS-LC-15: Praia do Sítio		22J 0495 594 6639 135	Coleta de superfície e sondagem	Viamão	UFRGS
RS-LC-16: Prainha		22J 0494 944 6638 618	Registro	Viamão	MARS
RS-LC-17: Morro do Farol		22J 0494 500 6638 400	Coleta de superfície e sondagem	Viamão	UFRGS
RS-324: Tarumã	Riocel Tekoá Karaguata'ity	22J 0489 112 6641 514	Coleta de superfície	Barra do Ribeiro	PUCRS
RS-LC-22: Tekoá Porã		22J 0490 802 6640 887	Registro	Barra do Ribeiro	UFRGS
RS-LC-21: Tekoá Marej		22J 0490 094 6639 842	Registro	Barra do Ribeiro	UFRGS
RS-LC-20: Tekoá Yma		22J 0487 816 635 842	Registro	Barra do Ribeiro	UFRGS
Arroinho I		22J 0486 318 6633 595	Registro	Barra do Ribeiro	PUCRS

\*Possível associação com material lítico da Tradição Umbu/\*\* Atualmente destruídos.

da Tradição Guarani são entendidos pelos *Mbyá* como as “marcas do caminhar dos avós” que demonstram uma relação de ancestralidade e imemorialidade com o território reivindicado (Baptista da Silva et al., 2010).

As pesquisas arqueológicas realizadas entre 1970 e 2010 na região do Lago Guaíba atestam a presença de uma ocupação pré-colonial intensa, associada a 37 sítios arqueológicos da Tradição Guarani dentre os quais dois apresentam datações entre 610 e 440 anos AP. Por sua vez, nas três áreas de interesse dos *Mbyá* foram identificados 18 sítios arqueológicos da Tradição Guarani (tabela 1) (Baptista da Silva, 1992; Carle & Santos, 2000; Gazeano, 1990; Gaulier, 2001-2002; Noelli, 1993; Noelli et al., 1997; Pouget & Thiesen, 2002; Zortea, 1995. Para maiores detalhes sobre estas pesquisas ver Dias & Baptista da Silva, prelo).

A distribuição destes sítios revela uma rica rede de assentamentos que interligava o Delta do Jacuí com os pontais e ilhas, estendendo-se até a desembocadura do Lago Guaíba com a Laguna dos Patos (figura 1). Observa-se, portanto, que as ocupações *guarani* pré-coloniais formam um horizonte sócio-cultural e ambiental que é também manifestado atualmente pelos *Mbyá-guarani* através da presença de aldeias e acampamentos nesta região, como é o caso das Aldeias de Itapuã (*Tekoá Pindó Mirim*), do Cantagalo (*Tekoá Jataity*) e de Co-

xilha Grande (*Tekoá Porã*) e dos Acampamentos do Lami (*Tekoá Pindó Poty*), do *Petim*, de Passo Grande e da Flor do Campo (Baptista da Silva et al., 2008).

## ASPECTOS DA TERRITORIALIDADE E DA MOBILIDADE *MBYÁ-GUARANI*

A língua guarani no Brasil (Família linguística Tupi-Guarani do Tronco Tupi) costuma ser subdividida em três dialetos: o *Mbyá*, o *Nhandeva* e o *Kaiowá*. A este ponto de vista linguístico devem ser agregados elementos de identidade sócio-cultural, o que permite falarmos atualmente de três parcialidades étnicas guarani: os *Mbyá*, os *Nhandeva* ou *Xiripá* e os *Kaiowá*. Estas parcialidades passaram por diferentes processos históricos de contato com populações não-indígenas e com vários Estados Nacionais da América do Sul, culminando em identidades sócio-políticas diversas. Em outras palavras, temos no povo *Guarani* uma unidade cultural mito-cosmológica que dialoga com uma diversidade de identidades sócio-políticas constitutivas das relações entre as três parcialidades.

Os *Mbyá-guarani* distribuem-se entre o Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, estando também presentes no Uruguai, Argentina e Paraguai. A dinâmica societária que orienta o processo de territorialização desta população caracteriza-se, concomitantemente, pela descentralização em pequenos grupos familiares e pela intensa articulação destes mesmos grupos em redes de parentesco inter-aldeãs. Neste sentido, o território *mbyá-guarani* apresenta-se como um complexo de conexões sociais e ambientais, uma vez que os recursos básicos para a reprodução da sociedade estão articulados nas redes de parentesco, as quais condicionam também o acesso a recursos naturais imprescindíveis para a reprodução

do modo de vida tradicional (Baptista da Silva, 2008; Pradella, 2009). Portanto, para compreender as demandas territoriais *mbyá* na região do Lago Guaíba deve-se situar este território no complexo multilocal da territorialidade *guarani*, atentando para as relações com as demais aldeias localizadas a leste, centro e norte do Rio Grande do Sul, nos outros Estados do sul e sudeste do Brasil, bem como nos países limítrofes do Cone Sul Americano.

Ao analisar aspectos das noções de territorialidade e mobilidade *mbyá* através da perspectiva histórica, sugere-se que o contato inter-étnico constituiu-se em um marco de resignificação destas categorias, cujo impacto tem uma longevidade de pelo menos 300 anos. Embora os *Mbyá* se tornem “visíveis” aos ocidentais enquanto grupo étnico somente no início do século XX, há fortes indícios nas fontes documentais do período colonial de que as referências aos *Ka'ýguá* (“os do mato”) tratem do mesmo grupo. Seu território original situava-se onde hoje é o Paraguai, organizando-se a sociedade a partir de grupos de parentesco e afins em torno de uma liderança religiosa e/ou política. Neste contexto, a mobilidade circunscrevia-se ao território contínuo e era motivada pela circularidade regular das sedes de aldeias, pela exploração sazonal do ambiente, pelo encontro com os extra-humanos nele presentes ou por crises sociais internas (Garlet, 1997; Garlet & Assis, 2009; Soares, 1997).

É a partir da segunda metade do século XVII que o processo de territorialização *mbyá* inicia-se, em função da expansão colonial voltada à exploração das reservas de madeira e erva-mate a leste de Assunsi3n, 3rea ent3o dominada pelos *Guarani* n3o incluídos no sistema reducional jesuíta ou no sistema colonial das *encomiendas*. Estes sofreram um intenso processo de depopula33o, causado pelos confrontos e epidemias e

pela perda da quase totalidade do território original, exigindo uma reestruturação das noções tradicionais de território e mobilidade espacial (Garlet, 1997; Garlet e Assis, 2009).

A organização social também se reestruturou a partir desta nova noção de território, tendo como base a família extensa configurada de maneira dispersa entre vários aldeamentos, dispostos na amplitude do território. Atualmente, a mobilidade espacial é a principal estratégia de re-elaboração dos laços sociais e a dinâmica da ocupação do território se caracteriza pela circularidade, uma vez que os espaços que correspondem minimamente às pautas culturais são constantemente retomados pelos grupos familiares num sistema de revezamento (Garlet, 1997).

A mobilidade contemporânea configura-se a partir de uma conjunção de fatores que a impulsiona e justifica, destacando-se a busca de espaços que ofereçam condições mínimas para que a existência ocorra de acordo com o ideal de vida projetado culturalmente, permitindo “manter-se *Mbyá* através do caminhar. Portanto, mesmo não havendo mais espaços ideais que permitam uma existência plena e perfeita, através da circularidade é possível maximizar o potencial existente sobre o território e viver de acordo com o modo de ser tradicional (...) caracterizado por uma dinamicidade que recicla e recria o novo a partir da lógica tradicional” (Garlet, 1997: 187).

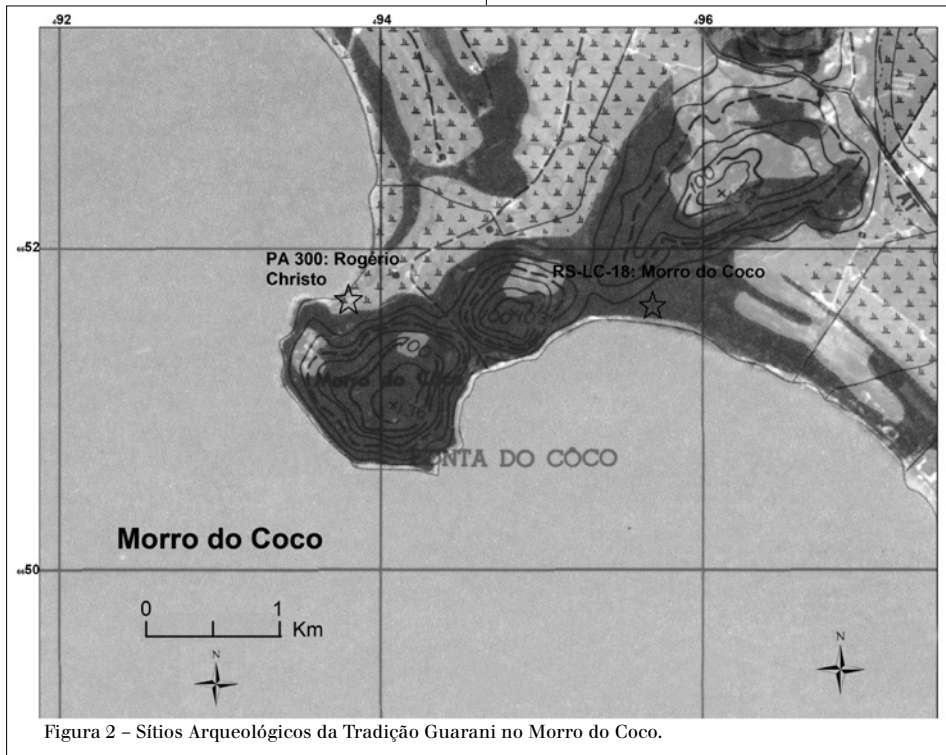
Também na perspectiva cosmológica, é através dos deslocamentos que os *Mbyá* repetem constantemente a ação paradigmática das divindades, dando origem a uma nova Terra Sem Males, fundada, estabelecida e cultivada segundo os princípios da cultura (Garlet, 1997).

*“Ao proceder desta forma, repetem uma outra ação paradigmática: criam o mundo ao caminhar. Imitam os heróis culturais que ao caminharem sobre a terra nomi-*

*naram as plantas e os animais. Movimento (dança e caminhar) e palavra (palavra-alma e reza) são os fundamentos do mundo. Ao caminhar e dizer sua palavra ritualizada, os *Mbyá* fundam o seu mundo e podem ampliar constantemente seu território. Da mesma forma, a palavra (proferida e ritualizada) e o movimento (caminhar, partir para outro espaço) podem ser tomados como elementos culturais eficazes tanto na afirmação da identidade como de resistência às pressões inter-étnicas”* (Garlet, 1997:187).

Entre os *Guarani* os motivos do caminhar são diversos. Existem deslocamentos por questões de saúde (em busca de tratamentos xamânico ou da medicina ocidental), por motivos de relacionamento (casamentos e separações), por saudades de parentes ou ainda para evitar o agravamento de conflitos (na ótica *guarani*, se afastar dos problemas é a forma preferencial de resolução). Em um sentido cosmológico-religioso, o *jeguatá* (caminhar) possui grande importância, uma vez que é considerado inerente à condição humana *guarani*. Caminha-se depois de um sonho premonitório ou de uma visão, bem como por conta da busca por um local mais adequado ao “modo de ser”. Trata-se de uma territorialidade espelhada em experiências de ocupações do passado, atualizadas pela memória, sonhos e indicações xamânicas, privilegiando a escolha por lugares contempladores de um ambiente propício para se viver, onde se façam presentes a mata (*Ka'aguy porã*) e determinados animais, constituindo um horizonte ecológico-cultural de terras (Garlet, 1997; Pradella, 2009).

As lógicas da mobilidade *mbyá* são ordenadas pelos grupos de parentes e afins relacionados a um sênior (*kuery*). Em geral, os acampamentos *mbyá* são constituídos por um *kuery* em mobilidade pelo território, ao passo que a maioria das aldeias indígenas com situações fundiárias mais estabelecidas teria na sua constituição dois ou mais *kuery*, com localização espacial preci-



sa e nucleada. Além disso, há uma forte distinção e diferenciação interna entre estes coletivos. Isto significa que atualmente há uma nucleação e atomização importante dos coletivos *mbyá* que se deslocam neste amplo território. Certamente, esta atomização não impede a intensa mobilidade acima referida, que se dá, de preferência, dentro destes coletivos, especialmente quando motivados por visitas e consultas aos xamãs. Igualmente, se observa que a mobilidade em conjunto, abarcando uma quantidade expressiva de pessoas, num deslocamento definitivo de uma área para outra, dá-se a partir da lógica do *kuery* (Gobbi, 2008; Assis, 2009).

#### ARQUEOLOGIA GUARANI NO MORRO DO COCO, NO PARQUE ESTADUAL DE ITAPUÃ E NA PONTA DA FORMIGA

A ênfase das atividades arqueológicas desenvolvidas nas áreas de interesse dos *Mbyá* foi registrar novas ocorrências e mo-

nitorar as condições de preservação de sítios arqueológicos já identificados. Como a maioria dos dados arqueológicos sobre a região do Lago Guaíba encontra-se inédita, realizou-se uma pesquisa documental junto aos acervos das Instituições depositárias com o objetivo de coligir informações relativas à localização e ao grau de integridade dos sítios e conferir possíveis sinonímias.

Em 1972 Guilherme Naue registrou na porção oeste do Morro do Coco o sítio PA 300: Rogério Christo. Foram realizadas na ocasião coletas superficiais que geraram uma coleção numerosa de vestígios lito-cerâmicos, sob guarda do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEPA/PUCRS). A documentação de campo original indicava uma área de dispersão de material de 130 m<sup>2</sup>, a uma distância de 20 m da linha da praia. Durante nossas atividades de campo este sítio foi localizado novamente e nele foram identificadas cerâmicas

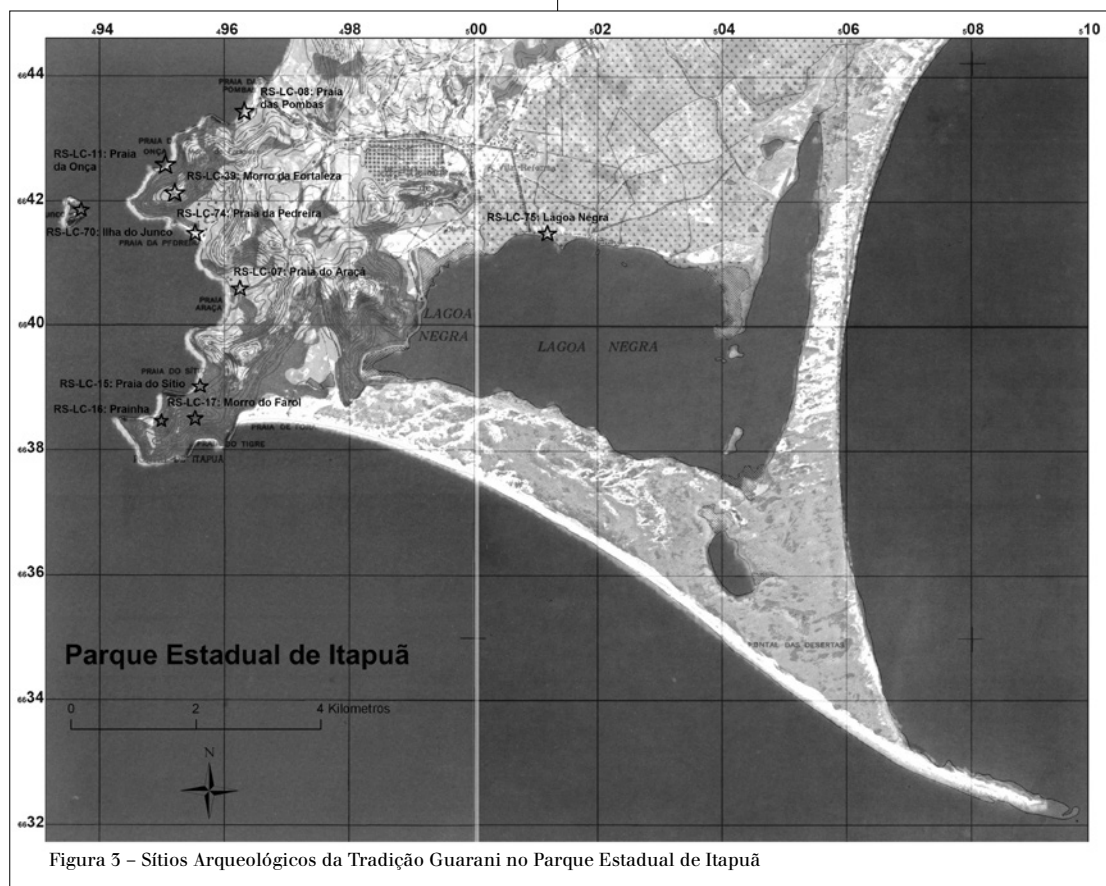


arqueológicas aflorando em baixa densidade na linha de praia, em função da ação erosiva das cheias do Guaíba. A continuidade das prospecções na vertente leste do Morro do Coco permitiu o registro de um sítio inédito da Tradição Guarani (RS-LC-18: Morro do Coco) que a semelhança do anterior apresentava afloramentos dispersos de fragmentos de cerâmica ao longo de 30 m da linha de praia (figura 2).

Na área do Parque Estadual de Itapuã foram registrados de 11 sítios arqueológicos da Tradição Guarani desde 1970 (figura 3). Tendo em vista o histórico de litígios entre os *Mbyá* e a Administração do Parque, uma das nossas prioridades nas atividades de campo arqueológicas era documentar a existência das aldeias abandonadas na década de 1970. Para tanto, foram reali-

zadas prospecções no Morro da Praia de Fora, contando com a presença de informantes indígenas e não-indígenas que residiam nesta área antes da fundação do Parque. Estruturas associadas a uma destas aldeias foram identificadas sob as coordenadas UTM 22J 0494912/ 66538058 e registradas como o sítio histórico RS-LC-19: *Tekoá Pindó Mirim*. Segundo um dos informantes, nesta aldeia haveria um cemitério onde estão enterrados um homem e uma criança.

Quanto à vistoria dos sítios arqueológicos pré-coloniais já identificados e a localização de novas evidências na área do Parque de Itapuã, estas atividades viram-se comprometidas pela falta de conservação das trilhas, pela ausência de limpeza de praias não utilizadas pelo público e pela proibição de



acesso a certas áreas pela Administração do Parque por motivos de segurança. Destaca-se que a construção de estacionamentos e vias de acesso às praias públicas em 1998 ocorreram sem inspeção prévia, levando a destruição de sítios arqueológicos já identificados. A própria visitação do Parque pela população da região metropolitana de Porto Alegre em busca de locais de lazer no verão é outro fator que contribuiu para a degradação dos sítios arqueológicos. Pode-se observar claramente este processo ao resgatar os dados de acervo das pesquisas anteriores. A abundância de materiais resgatados nos trabalhos das décadas de 1970 e 1980 contrasta fortemente com os resultados das pesquisas dos anos subseqüentes a fundação do Parque.

Os sítios arqueológicos do Parque de Itapuã distribuem-se em quatro ambientes: nas praias do Lago Guaíba, nas ilhas, nos morros graníticos (Itapuã, em guarani, significa topo [de morro] de pedra) e nas margens da Lagoa Negra. Nas praias do Lago Guaíba as pesquisas anteriores tinham identificado seis sítios arqueológicos, dos quais dois foram destruídos pela construção das benfeitorias do Parque: RS-LC-74: Praia da Pedreira (sinonímia RS-LC-03: Sítio da Pedreira-Morro da Fortaleza) e RS-LC-08: Praia das Pombas. Não foi possível localizar novamente os sítios RS-LC-07: Praia do Araçá e RS-LC-11: Praia da Onça, na medida em que estas praias encontravam-se encobertas por detritos trazidos pelas cheias do Lago Guaíba e não sofriam manutenção há alguns anos. Por sua vez, os sítios RS-LC-15: Praia do Sítio e RS-LC-16: Prainha foram revisitados e apresentaram cerâmica da Tradição Guarani aflorando na linha de praia, em decorrência da erosão fluvial, a semelhança das ocorrências anotadas quando de seu registro original nos anos 90 (Zortea,

1995). Embora estas praias também não tenham sofrido manutenção recente, sua posição geográfica impediu o atulhamento. Por outro lado, a ausência de trilhas tem afastado os turistas, contribuindo para a sua preservação.

A ausência de trilhas com manutenção foi usada como justificativa pela Administração do Parque para impedir o acesso aos sítios arqueológicos situados nos Morros de Itapuã, a fim de garantir a segurança de seus funcionários que deviam nos acompanhar em todas as atividades. O sítio RS-LC-39: Morro da Fortaleza foi pesquisado em 1981 por Eurico T. Miller, junto ao Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), tendo sido identificado em uma área lavrada nos patamares planos da encosta oeste do Morro da Fortaleza, voltado para a Praia da Onça. Neste sítio foi realizada uma escavação de 20 m<sup>2</sup>, revelando uma rica coleção lito-cerâmica, destacando-se ainda a presença de duas pontas de projétil. O sítio lito-cerâmico RS-LC-17: Morro do Farol foi registrado em 1994 e encontrava-se perturbado pela ação agrícola. O material cerâmico estava distribuído por uma área aproximada de 200 m<sup>2</sup> situada sobre um patamar plano, na encosta do último promontório que separa o Guaíba da Lagoa dos Patos. Foi realizada uma coleta assistemática de superfície e o acervo está sob guarda do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LAE/UFRGS) (Zortea, 1995).

No extremo nordeste da Ilha do Junco foi registrado em 1970, por Pedro A. Mentz Ribeiro, o sítio RS-LC-70: Ilha do Junco. Situado junto a linha d'água, o sítio distribuía-se por uma área de 150 m<sup>2</sup>, sobre solo arenoso, tendo sido parcialmente destruído pelas cheias. Foram realizadas coletas de superfície e uma sondagem que evidenciou mate-

rial lito-cerâmico até a profundidade de 50 cm, sob guarda do MARSUL. As novas visitas realizadas neste sítio não identificaram materiais em superfície. Em 1980 Guilherme Naue registrou o sítio RS-323: Ilha das Pombas (sinonímia PA253), realizando coletas superficiais e sondagens em uma área de 600 m<sup>2</sup>. O sítio apresentava características superficiais, tendo sido resgatada uma numerosa coleção lito-cerâmica sob guarda do CEPA/PUCRS. Não foi possível revistar este sítio, tendo em vista tratar-se de área de nidificação com acesso restrito pela Administração do Parque.

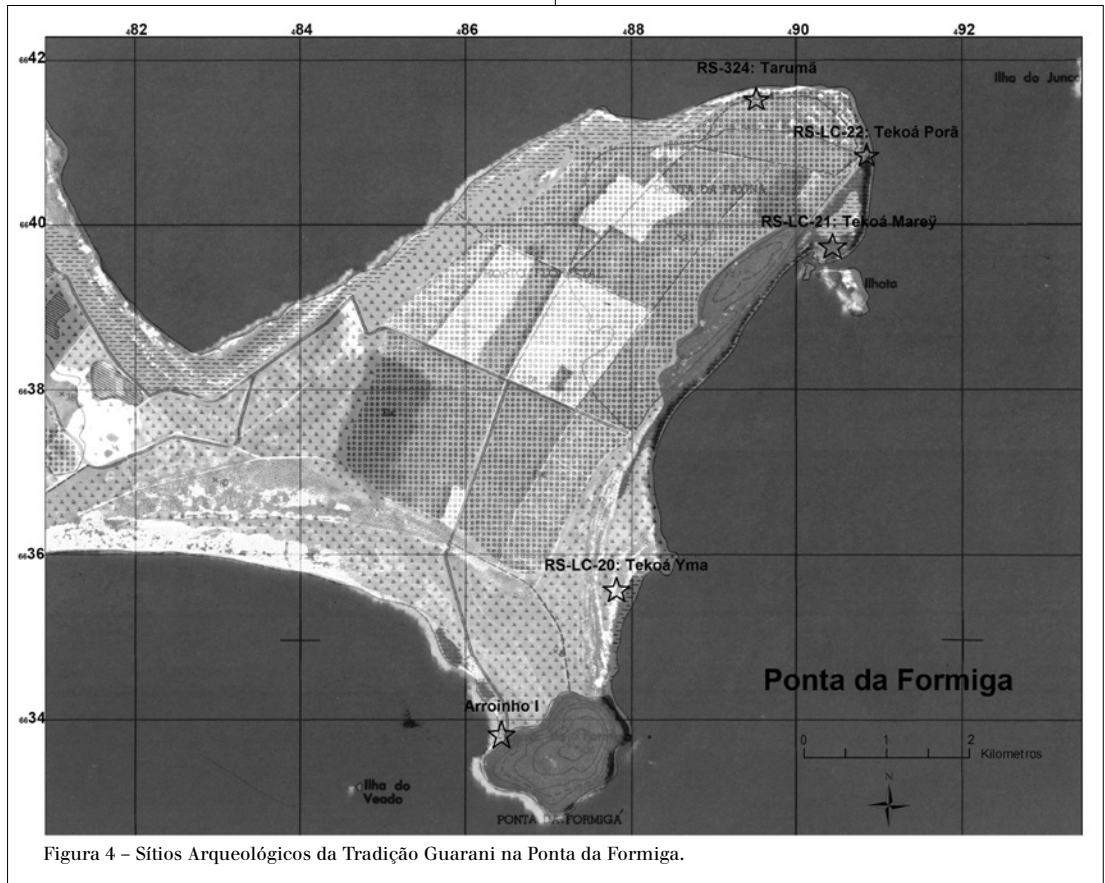
O sítio RS-LC-75: Lagoa Negra (sinonímia RS-LC-04: Lagoa Negra I e RS-LC-06: Lagoa Negra II) foi registrado originalmente no MARSUL por Pedro Mentz Ribeiro em 1970, sendo caracterizado pela presença de material lítico aflorando em superfície, disperso por uma área de 50 metros. Foram coletados lascas e núcleos, batedores, pedras com depressão semi-esférica e apenas um fragmento de cerâmica Guarani. Entre 1990 e 1992 o sítio foi novamente estudado por Sergio Baptista da Silva, tendo sido realizadas coletas superficiais e uma escavação de 10 m<sup>2</sup> que atingiram a profundidade de 1 m. O conjunto artefactual é caracterizado por material lítico similar ao descrito por Ribeiro e encontra-se sob a guarda do Museu Antropológico do Estado do Rio Grande do Sul (MARS). Atualmente a área do sítio é utilizada como pastagem para o gado e está sofrendo um processo erosivo intenso, em função da ação das cheias da Lagoa Negra.

As investigações na Ponta da Formiga indicam a presença de cinco sítios da Tradição Guarani (figura 4). No Pontal da Faxina, situa-se o sítio RS-324: Tarumã (sinonímia Riocel e *Tekoá Karaguata'ity* = aldeia da plantação de caraguatá pequeno), pesquisado por Guilherme Naue em 1980. O acervo

documental do CEPA/PUCRS indica que o sítio apresentava grandes concentrações de material lito-cerâmico assentado sobre solo arenoso, tendo sido realizadas coletas de superfície. A nova vistoria realizada indicou uma dispersão de cerâmica e artefatos líticos a partir linha da praia em direção à mata de eucaliptos, cobrindo uma distância de 150 m.

Nas prospecções que realizamos no Pontal da Faxina registramos três sítios inéditos da Tradição Guarani, próximos ao sítio Tarumã. O sítio RS-LC-22: *Tekoá Porã* (=aldeia bonita/sagrada) está associado a uma duna, situada a poucos metros do Guaíba, com uma altitude de 12 m. O material lito-cerâmico é abundante, distribuindo-se em duas concentrações distantes aproximadamente 100 m. O sítio RS-LC-21: *Tekoá Marej* (=terra sagrada/pura/perfeita) localiza-se em frente à Ilhota, apresentando duas manchas pretas de solo orgânico, gerados por ação antrópica. Ao todo foram identificados neste sítio cinco concentrações distintas de cerâmica e um polidor em canaleta, distribuídas por uma área de 160 m<sup>2</sup>. Sobre uma duna que dista 300 m das margens do Guaíba foi registrado o sítio RS-LC-20: *Tekoá Yma* (=aldeia antiga), apresentando baixa densidade de material cerâmico em superfície.

Na porção sul da Ponta da Formiga foi registrado em 2007 por Gislene Monticelli o sítio Arroinho I. Situado em área de dunas na vertente oeste do Morro da Formiga, este sítio apresentava fragmentos de cerâmica e uma lâmina de machado lítico polido (Monticelli, 2007). Durante nossas atividades de campo não foi possível relocalizar este sítio, porém foi registrado um sítio lítico inédito, RS-LC-23: *Itaty* (= local de muitas pedras/onde as pedras estão nascendo/tem vida), caracterizado por uma concentração de núcleos e lascas. Suas co-



ordenadas são UTM 22J 0485748/6634809 e ausência de artefatos diagnósticos justificou que não tenha sido computado entre as ocorrências da Tradição Guarani aqui analisadas.

### SEGUINDO O FLUXO DO TEMPO, TRI- LHANDO O CAMINHO DAS ÁGUAS

A Região Hidrográfica do Guaíba ocupa a porção centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul e é formada pelas bacias que drenam direta ou indiretamente para o Delta do Jacuí, formando o Lago Guaíba (do guarani “lugar onde a água se alarga”). A superfície do Lago Guaíba é de 496 km<sup>2</sup>, com profundidade média de 3 m, possuindo entre 900 m e 19 km de largura e 50 km de comprimento entre o Delta do Jacuí e o Pontal de Itapuã, onde desemboca na Laguna

dos Patos. As características hidrodinâmicas do Lago Guaíba apontam, por um lado, para uma facilidade de deslocamentos por água no sentido norte-sul e leste-oeste, tendo em vista o predomínio das correntes no sentido sul e dos sistemas de ventos do quadrante E/SE, ambos de baixa intensidade. Por outro lado, as alterações dos sistemas de vento com a entrada de frentes frias ao longo do ano, mas principalmente no inverno, podem gerar fluxos de ondas de maior intensidade, dificultando as possibilidades de atracagem, pois a arrebentação se dá na proximidade das praias (IBGE, 1986; Nicolodi, 2007; Nicolodi et al., 2010; Knipling, 2002).

Analisando a distribuição e densidade dos sítios arqueológicos da Tradição Guarani na região do Lago Guaíba observa-se um padrão de distribuição regular dos assenta-

mentos, privilegiando determinados espaços estrategicamente posicionados. Desde o Delta do Jacuí até a desembocadura na Laguna dos Patos, as aldeias antigas ocuparam preferencialmente os pontais, as ilhas e as baías, buscando locais abrigados da incidência do vento sul e privilegiando também a proximidade das margens do Guaíba, em detrimento das encostas graníticas (figura 1). Esta orientação com relação ao sistema de ventos sinaliza, em grande parte, a importância dos deslocamentos aquáticos neste território, sugerindo que os sítios situados em ambas as margens do Guaíba, bem como nas ilhas, estavam integrados em uma mesma rede de sociabilidade. Trataria-se, portanto, de um território com características socioculturais contínuas, circunscrito a um espaço geográfico disperso em função do ambiente lagunar. Assim como se configuram no presente os assentamentos *mbyá*, podemos pensar as ocupações pré-coloniais do Guaíba enquanto “ilhas” articuladas por um complexo sistema sócio-cosmológico, compartilhando os recursos do território e conectando-se entre si também através dos “caminhos das águas”, ordenados pelo sistema de ventos e correntes.

Partindo do modelo etnoarqueológico defendido por Noelli (1993), podemos entender a densidade e profundidade temporal do registro arqueológico do Lago Guaíba em função de estratégias de manejo agro-florestal que ofereceriam sustentação a ocupações de longa duração. O padrão de colonização e ocupação territorial Guarani pré-colonial seria temporal e espacialmente contíguo, refletindo um modelo de mudança de sede de aldeia dentro de locais anteriormente manejados na sua área de domínio (*tekohá*). Por sua vez, o tamanho da área de captação de recursos de um *tekohá* poderia variar em função do grau de reciprocidade do conjunto multi-comunitário, não sendo incomum

a sobreposição de áreas de ação de distintos *tekohá* que mantivessem alianças políticas. Este modelo sugere que a área de captação de recursos de um *tekohá* pré-colonial poderia ser estimada com um tamanho médio de 50 km de raio.

Integrando este modelo aos dados aqui apresentados, podemos pensar que a área de captação de um *tekohá* Guarani pré-colonial poderia incorporar ambas as margens do Lago Guaíba, estendendo-se do Delta do Jacuí ao Pontal de Itapuã. Assim, teríamos um território de domínio simbolicamente contínuo, porém geograficamente descontínuo em função das águas do Lago. As estratégias de manejo de longa duração deste *tekohá* por pelos menos dois séculos é atestada pelas datações entre 600 e 400 anos atrás disponíveis até o presente para a área (Dias & Baptista da Silva, prelo). Por sua vez, os sítios identificados podem estar representando tanto o deslocamento das sedes de aldeia neste *tekohá* ao longo do tempo, quanto a distribuição de aldeias contemporâneas estrategicamente situadas em distintos pontos da paisagem lagunar.

Mesmo que os recursos sejam abundantes e perenes em toda a região, pode-se perceber variações sutis de oferta entre determinadas áreas do Lago Guaíba, como solos mais férteis para os cultivos ao norte, junto ao Delta do Jacuí; maior concentração de florestas nas encostas voltadas para o sul na porção centro-leste do Lago Guaíba; e maior diversidade de pesca e caça sazonal junto aos banhados do sul, delimitados pelos Pontais de Itapuã e do Morro da Formiga (IBGE, 1986). Pode-se sugerir, assim, que o processo de colonização pré-colonial do território do Lago Guaíba seria representado por um padrão disperso de aldeias interligadas por laços de parentesco que ocupariam contemporaneamente pelo menos estes três pontos da paisagem (figura 1).

Embora a noção de território e coletividade *mbyá* seja produto de uma situação histórica dada, as condições geográficas do Lago Guaíba podem ter contribuído significativamente para uma tendência similar no passado de descentralização territorial das famílias extensas (*kuery*). Assim como hoje entre os *Mbyá*, a família extensa (*kuery*) seria a base da organização social no passado, porém configurada de maneira dispersa entre vários aldeamentos dispostos na amplitude do território, sendo a mobilidade espacial e a circularidade das pessoas através da via terrestre e fluvial a principal estratégia de manutenção dos laços sociais e políticos.

Portanto, os espaços escolhidos para ocupação pré-colonial se manteriam os mesmo em função da abundância de recursos locais, justificando os padrões nucleados de sítios observados junto a determinados compartimentos paisagísticos da região do Lago Guaíba. Estes seriam os lugares de reprodução do *Ñandé Rekó* que ao longo de séculos foram recorrentemente retomados pelos grupos familiares, num constante movimento de circularidade que buscava recriar cotidianamente o mundo através do caminhar pelas terras e pelas águas do *tekohá* do Guaíba.

**AGRADECIMENTOS:** A Fernanda Neubauer, Mariana Araújo Neumann, Marilise Moscardin dos Passos, Michael J. Schaefer e Roberta Porto Marques que participaram das pesquisas de campo arqueológicas. Aos coordenadores do, MARS, MARSUL, CEPA/PUCRS e LAE/UFRGS, pelo acesso ao acervo documental sob sua guarda. Por último, gostaríamos de agradecer aos *Mbyá* que nos acompanharam nas pesquisas de campo, compartilhando conosco suas Belas Palavras. *SB*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, V. S. 2009 Os *kuérys* e as redes de sociabilidade *Mbyá-Guarani*. In: BOEIRA, N. & GOLIM, T. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas* – Vol. 5. Passo Fundo, Ed. Méritos, pp. 331-368.
- BAPTISTA DA SILVA, S. 1992 Programa de pesquisas arqueológicas na região de Itapuã (Viamão – RS). *Anais do Curso Porto Alegre: Memória e Identidade*. Porto Alegre, SMC, pp. 17-21.
- BAPTISTA DA SILVA, S. 2008 Sociocosmologias indígenas no espaço metropolitano de Porto Alegre. In: GEHLEN, I.; SILVA, M. B. & SANTOS, S. R. (Orgs.). *Diversidade e Proteção Social: Estudos Quanti-qualitativos das Populações de Porto Alegre*. Porto Alegre, Century, pp. 93-109.
- BAPTISTA DA SILVA, S.; TEMPASS, M. C.; MACHADO, M. P. P.; ARNT, M. A.; PRADELLA, L. G.; ROSA, P. C.; SALDANHA, J. R.; LINHARES, B. F.; GOBBI, F. S. 2008 Coletivos indígenas em Porto Alegre e regiões limítrofes. In: GEHLEN, I.; SILVA, M. B. & SANTOS, S. R. (Orgs.). *Diversidade e Proteção Social: Estudos Quanti-qualitativos das Populações de Porto Alegre*. Porto Alegre, Century, pp. 111-166.
- BAPTISTA DA SILVA, S.; TEMPASS, M. C. & COMANDULLI, C. S. 2010 Reflexões sobre as especificidades *Mbyá-guarani* nos processos de identificação de Terras Indígenas a partir dos casos de Itapuã, Morro do Coco e Ponta da Formiga, Brasil. *Amazônica*, 2 (1): 10-23.
- CARLE, C. B. & SANTOS, M. L. N. 2000 Diagnóstico realizado para a verificação da área de instalação de distrito automotivo do município de Guaíba: caracterização arqueológica, histórica e cultural. *Revista do CEPA*, 24 (32): 41-58.
- COMANDULLI, C. 2009 *Protectionists and the Guarani: the village that did not exist – Social-environmental conflicts in Southern Brazil*. Dissertação de Mestrado. Londres, University College London.
- DIAS, A. S. & BAPTISTA DA SILVA, S. Prelo. Arqueologia Guarani no Lago Guaíba: refletindo sobre a territorialidade e a mobilidade pretérita e presente. In: MILHEIRA, R. & WAGNER, G. (Eds.). *Arqueologia Guarani no Sul do Brasil*. Pelotas, Editora da UFPel.
- GARLET, I. 1997 *Mobilidade Mbyá: História e Significação*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- GARLET, I. & ASSIS, V. S. 2009 Desterritorialização e reterritorialização: a compreensão do território e mobilidade *Mbyá-Guarani* através das fontes históricas. *Fronteiras – Revista de História*, 11 (19): 15-46.
- GAULIER, P. 2001-2002 Ocupação pré-histórica Guarani no município de Porto Alegre, RS: considerações preliminares e primeira datação do sítio arqueológico RS-LC-71: Ilha Francisco Manuel. *Revista de Arqueologia*, 14/15: 57-73.

GAZEANO, M. 1990 Restos alimentares no sítio de Itapuã. *Arqueologia do RS – Série Documentos*, 4: 131-135.

GOBBI, F. S. 2008 *Entre Parentes, Lugares e Outros: Traços da Sociocsmologia Guarani no Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

IBGE. 1986. *Folha SH.22 Porto Alegre e Parte das Folhas SH. 21 Uruguaiana e SI. 22 Lagoa Mirim: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação, Uso Potencial da Terra*. Rio de Janeiro, IBGE/Levantamento de Recursos Naturais.

KNIPPLING, G. 2002 *O Guaíba e a Lagoa dos Patos*. Porto Alegre, Paloti.

NICOLODI, J. L. 2007 *O Padrão de Ondas no Lago Guaíba e sua Influência nos Processos de Sedimentação*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NICOLODI, J. L.; TOLDO, E. & FARINA, L. 2010 Dinâmica e ressuspensão por ondas no Lago Guaíba (RS, Brasil) e implicações nos locais de captação de água para abastecimento humano. *Pesquisas em Geociências*, 37 (1): 25-39.

NOELLI, F. 1993 *Sem Tekhoá não há Tekó: Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí, Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NOELLI, F.; SILVA, F.; TOCCHETTO, F.; VIETTA, K., COSTA, J. F.; SOARES, A.; MARQUES, K. & CAPELLETTI, A. 1997 O mapa arqueológico parcial e a revisão historiográfica a respeito das ocupações indígenas pré-históricas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Revista de História Regional*, 1: 209-221.

MONTICELLI, G. 2007. *Caracterização Arqueológica em Áreas de Interesse da Aracruz Celulose S/A no Estado do Rio Grande do Sul: Diagnóstico para Estudos de Impacto Ambiental*. Relatório. Porto Alegre, Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

POUGET, M. & THIESSEN, B. 2002 Monitoramento arqueológico na Praça da Alfândega. *Revista do CEPA*, 26 (35-36): 145-150.

PRADELLA, L. G. S. 2009 *Jeguatá: o caminhar entre os guarani*. *Espaço Ameríndio*, 3 (2): 99-120.

SOARES, A. 1997 *Guarani: Organização Social e Arqueologia*. Porto Alegre, EDIPUCRS.

ZORTEA, A. S. 1995 *Arqueologia em Unidades de Conservação: O Caso do Parque Estadual de Itapuã e o Sítio Arqueológico do Morro da Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.